



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DE POSSE- IPREM-POSSE GESTÃO 2016 – 2019.

O COMITÊ DE INVESTIMENTO FOI INSTITUÍDO PELA PORTARIA MPS MINISTÉRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL Nº 519/2011, POSTERIORMENTE ALTERADA PELA PORTARIA MPS Nº 440/2013.

EM SANTO ANTONIO DE POSSE, O COMITÊ FOI ESTABELECIDO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 2945/2013. ALTERADO PARA DECRETO Nº 2973/2014.

Aos Vinte dias do mês de Dezembro de 2016, às 15:00 horas, no gabinete da Presidência do IPREM-POSSE, situado ,Rua Aurélio Sia ,73-Jd.Luciana , em Santo Antonio de Posse/SP, iniciasse a reunião do Comitê de Investimentos. **1. MEMBROS PARTICIPANTES:** Sr.^a Aparecida Gino, Sra. Marlene Maria Vieira Bassani, Sra. Jane Jaqueline Moreira Rossetto, Sr. Dr. Edgar Roberto de Lima(faltou).

- 1- Extrato das aplicações em Novembro/2016:** saldo do Instituto é de R\$ 36.099.339,47(trinta e seis milhões noventa e nove mil trezentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos). **Os ganhos com juros das aplicações financeiras no mês de Novembro foram de R\$ - 302.367,64(trezentos e dois mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos negativo) .**



2-ECONOMIA : **ECONOMIA**=No Brasil, o PIB mostrou um quadro de piora no cenário de atividade. Na margem, o PIB recuou 0,8% no 3º trimestre, após contração de 0,4% no trimestre anterior. Essa queda ficou ligeiramente abaixo das expectativas e da nossa projeção de queda de 0,9%, na mesma base comparação. A indústria contraiu 1,3%, na margem, com destaque para a indústria de transformação e construção civil, que recuaram 2,1% e 1,7%, respectivamente. O consumo seguiu contraindo no trimestre e recuou 0,6%, na margem, o que representa uma seqüência de sete trimestres negativos. Os investimentos também tiveram uma reversão da ligeira melhora do segundo trimestre, e recuaram 2,4% na margem, após alta de 0,4%, no trimestre anterior. Com essa nova queda, a taxa de investimento recuou para 16,7% do PIB, o menor patamar desde o segundo trimestre de 2004. A demanda doméstica, que é composta pelo consumo, o gasto do governo e os investimentos, recuou 3,9%, na comparação anual. Acreditamos que o crescimento da economia deverá passar pela recuperação dos investimentos e do consumo, e a dinâmica atual de deterioração do emprego, da renda real e a elevada ociosidade da economia são fatores que limitam a recuperação maior no curto prazo. Nossa expectativa de recuperação da atividade foi adiada após a divulgação do resultado do PIB do terceiro trimestre. Com isso, revisamos nossa projeção de crescimento para 2017 de 0,7% para 0,2%, o que implica em crescimento na margem somente a partir do segundo trimestre de 2017. Para o quarto trimestre desse ano, a nossa expectativa é nova contração de 0,3%, na margem. O Banco Central reduziu a taxa Selic conforme o esperado e sinalizou que o ritmo de cortes poderá ser alterado nas próximas reuniões. O Banco Central diminuiu a taxa Selic em 25 pontos base, levando-a para 13,75% a.a. No comunicado da decisão, o Copom reconheceu que os indicadores econômicos de curto prazo frustraram as expectativas, e que as evidências sinalizam uma recuperação mais demorada e gradual. A avaliação do cenário externo foi alterada para reconhecer o aumento da incerteza após o resultado das eleições americanas, e que isso provavelmente indica o fim do interregno benigno do cenário internacional para as economias emergentes. Com relação ao ciclo de flexibilização da política monetária, o Copom retirou a menção de um ciclo total “moderado”, mas manteve a avaliação que deverá ser gradual. Na avaliação sobre a magnitude e a intensificação do ciclo de política monetária, o Copom destacou dois condicionantes: a recuperação da atividade economia e o comportamento do cenário externo, em especial, a taxa de câmbio. Na nossa avaliação, o reconhecimento do risco de retomada mais fraca que esperada da atividade é um sinal importante para a sinalização da aceleração do ritmo de cortes na reunião de janeiro, mas o comportamento do câmbio deverá condicionar essa decisão. Acreditamos que a continuidade da frustração dos indicadores de atividade e a permanência da taxa de câmbio em patamar relativamente estável deverão permitir a aceleração do ritmo de redução da taxa Selic para 50 pontos base na reunião de janeiro. Nossa expectativa é que a taxa de juros encerre 2017 em 10,5% a.a.”Fonte Bradesco”



3-APROVAÇÃO DAS APLICAÇÕES:

NÃO HOUVE NENHUMA APLICAÇÃO EM DEZEMBRO/2016.

Houve baixa na aplicação do banco do Brasil para pagamento 13º e folha.

-

Repasse: PREFEITURA- mês base Novembro/2016; - Data do depósito: 20/12//2016, Valor R\$340.987,80, SAAEP, R\$.....depositado em ..12/2016, até fechamento da ata 15:56 não havia depósito efetuado, Câmara valor de R\$ 22.655,76 (Novembro), depositado em 01/12/2016; valor de R\$ 28.531,44, REFERENTE 13º SALARIO 20/12/2016.

Fundo	CNPJ	Aplicação	Resolução
Caixa Econômica Federal: CAIXA			Art.7º, inc., I alínea a e b.
Bradesco IRFM1 Títulos Públicos	11.484.558/0001-06		Art.7º, inciso I alínea a e b.
Itaú Soberano IRFM1 Títulos Públicos	08.703.063/0001-16		Art.7º, inciso I, alínea a e b.
BB PREVIDENCIARIO	25.078.994/0001-90		Art.7º, inciso I, alínea a e b.
Banco Cooperativo SICREI IRF M1	19.196.599/0001-09		Art.7º, inciso I, alínea a e b
TOTAL			



4-RESUMO DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTA:

FUNDO: INCENTIVO MULTISSETORIAL I – FIDC – (CNPJ: 10.896.292/0001-46) DATA: 18/11/2016 (Sexta-feira) às 15h00min LOCAL: Sede da Gradual Investimentos | Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50 – São Paulo/SP PAUTA 1. Deliberar sobre a destituição da atual prestadora de serviços de Administração; 2. Deliberar sobre a destituição do atual prestador de serviços de Custódia qualificada; 3. Deliberar sobre a indicação de novos prestadores de serviços de Administração e Custódia qualificada; e 4. Deliberar sobre a atualização para que a Administradora pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações supracitadas, caso aprovadas. DELIBERAÇÕES A Assembléia foi aberta com atraso as 17:15hs, com a concordância de todos os presentes, à mesa foi composta pelo Sr. Carlos Augusto Kruger (cotista Porto Ferreira) presidência e secretario Dr. Caio Coutinho de Melo (escritório Chiarottino). Cotistas presentes: Areal, Bom Jesus dos Perdões, Floreal, Francisco Morato, Itatinga, Limeira, Osasco, Ouroeste, Palmeira, Paulínia, Porto Ferreira, Santo Antônio de Posse e São Sebastião. Antes de dar início a votação das pautas do dia, ficou decidido por todos os presentes que a assembléia seria gravada em dispositivo de áudio vídeo. Dando início, foram colocadas em votação as pautas 1 e 2, sendo que o representante do cotista Osasco propôs que a Gradual fosse mantida nos cargos de administrador e custodiante até a próxima assembléia, onde será posto em pauta a escolha do substituto da Gradual (atual Administradora e Custodiante do fundo). Com isso foi feita votação para que todos os presentes decidissem a respeito, sendo assim aprovado por 69,34% dos cotistas presentes que a Gradual se manterá no cargo até a próxima assembléia

Para o item 3 da pauta, ficou decidido que o comitê de cotistas do fundo formado pelos cotistas Osasco, Porto Ferreira, São Sebastião e Itatinga, irá analisar os possíveis candidatos aos cargos de Administração e Custódia e os apresentara para deliberação dos cotistas na próxima assembléia. O item 4 da pauta foi aprovado por todos os presentes. Diante de questionamento do cotista São Sebastião em relação a PDD lançada para o Fundo, o Sr. Mauricio Kameyama (Gestora Incentivo) fez apresentação sobre a empresa Dulcini afim de demonstrar a proposta de reversão da PDD. A Assembléia foi encerrada e a Ata oficial será enviada pelo administrador para todos os cotistas.



5. CONTRIBUIÇÕES = Contribuição Previdenciária: Informamos que o recolhimento da contribuição previdenciária da Prefeitura Municipal com vencimento em Abril pagamento até 20/05/2016 foi efetuado a menor o valor de R\$ 207.439,83, juros e multa TOTAL DE R\$ 232.449,19.
Recolhimento com vencimento em Maio pagamento até 20/06/2016 efetuado a menor R\$ 273.227,17, juros e multa total R\$ 301.055,77.

Recolhimento com vencimento junho pagamento até 20/07/2016 valor efetuado a menor R\$ 264.812,21, juros e multa total R\$ 287.325,95

Recolhimento com vencimento julho pagamento efetuado em 19/08/2016 valor a menor R\$ 283.173,52, juros e multa Total R\$ 302.581,06.

Recolhimento com vencimento Agosto pagamento efetuado em ,20/09/2016 R\$344.118,79, valor a menor R\$ 281.759,84, juros e multa, total R\$ 297.794,16.

Recolhimento com vencimento Setembro/2016, pago dia 20/10/2016 valor de R\$ 343.922,04, efetuado a menor R\$ 283.706,43, juros e multa, total **R\$ 296.543,10.**

Recolhimento com vencimento Outubro/2016, pago dia 18/11/2016 valor de R\$ 342.317,06, efetuado a menor R\$282.899,45, juros e multa R\$ 292.308,81.

Valor total a repassar para o Instituto R\$ 2.010.058,04.

*****valor corrigido até 30/12/2016.**

6-RESUMO DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTA:

FUNDO: INCENTIVO MULTISSETORIAL I – FIDC – (CNPJ: 10.896.292/0001-46) DATA: 18/11/2016 (Sexta-feira) às 15h00min LOCAL: Sede da Gradual Investimentos | Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 50 – São Paulo/SP PAUTA 1. Deliberar sobre a destituição da atual prestadora de serviços de Administração; 2. Deliberar sobre a destituição do atual prestador de serviços de Custódia qualificada; 3. Deliberar sobre a indicação de novos prestadores de serviços de Administração e Custódia qualificada; e 4. Deliberar sobre a atualização para que a Administradora pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações supracitadas, caso aprovadas. DELIBERAÇÕES A Assembléia foi aberta com atraso as 17:15hs, com a concordância de todos os presentes, à mesa foi composta pelo Sr. Carlos Augusto Kruger (cotista Porto Ferreira) presidência e secretario Dr. Caio Coutinho de Melo (escritório Chiarottino). Cotistas presentes: Areal, Bom Jesus dos Perdões, Floreal, Francisco Morato, Itatinga, Limeira, Osasco, Ouroeste, Palmeira, Paulínia, Porto Ferreira, Santo Antônio de Posse e São Sebastião. Antes de dar início a votação das pautas do dia, ficou decidido por todos os presentes que a assembléia seria gravada em dispositivo de áudio vídeo. Dando início, foram colocadas em votação as pautas 1 e 2, sendo que o representante do cotista Osasco propôs que a Gradual fosse mantida nos cargos de administrador e custodiante até a próxima assembléia, onde será posto em pauta a escolha do substituto da Gradual (atual Administradora e Custodiante do fundo). Com isso foi feita votação para que todos os presentes decidissem a respeito, sendo assim aprovado por 69,34% dos cotistas presentes que a Gradual se manterá no cargo até a próxima assembléia



Para o item 3 da pauta, ficou decidido que o comitê de cotistas do fundo formado pelos cotistas Osasco, Porto Ferreira, São Sebastião e Itatinga, irá analisar os possíveis candidatos aos cargos de Administração e Custódia e os apresentara para deliberação dos cotistas na próxima assembleia. O item 4 da pauta foi aprovado por todos os presentes. Diante de questionamento do cotista São Sebastião em relação a PDD lançada para o Fundo, o Sr. Mauricio Kameyama (Gestora Incentivo) fez apresentação sobre a empresa Dulcini afim de demonstrar a proposta de reversão da PDD. A Assembleia foi encerrada e a Ata oficial será enviada pelo administrador para todos os cotistas.

7-RESUMO DE ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTA:

LEME MULTISSETORIAL IPCA-FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIOS,CNPJ 12.440.789/0001-80.

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de 2016 às 10 horas e 30 minutos,na sede da Gradual,localizada na Av. Presidente Juscelino Kubtschek,nº 50, vila Nova Conceição,São Paulo.

- 1- Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeira do Fundo
- 2- 2-Deliberar a respeito da manutenção, temporária, da prestação de serviços de Administração e Custódia, pela Gradual Corretora de Câmbio.
- 3- Autorização para que a Administradora pratique todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas.
- 4- Ratificação da Bridge Gestão como gestora do FUNDO.
- 5- Retificação do deliberado na Assembleia Geral de Cotista realizada em 15/03/2016,permanecendo a GRADUAL como administradora e custodiante do FUNDO.
- 6- Alteração do artigo 6º do regulamento do FUNDO .
- 7- Alteração da taxa de administração do fundo.

Entregue a todos do Conselho cópia da Ata.

8-LEME IMA-B E FIDIC:Recebido via e-mail.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2016

Aos

Senhores Representantes Legais dos cotistas do Fundo Leme IMA-B FIRF Previdenciário, CNPJ: 11.784.036/0001-20



Com cópia para:

Gradual Investimentos

Anbima – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Assunto: Elite CCVM assumir ou não "Administração Fiduciária, Controladoria e Custódia do Fundo".

Prezados Senhores,

Em assembléia de 12/04/16 a Elite CCVM foi escolhida pela maioria dos Cotistas presentes para assumir a administração fiduciária, controladoria e custódia do Fundo.

Já em 13/04/16 por e-mail solicitamos à Gradual Investimentos (Administradora do Fundo) diversos documentos para que houvesse tal transferência. Foi flagrante a constante cobrança de documentos e houve notícia em 31/05/16, após cobrarmos, que as Demonstrações Financeiras estavam atrasadas... A colaboradora da Gradual Investimentos disse: **"a auditoria de 2013 saiu agora em maio, estávamos aguardando a mesma para dar andamento nas seguintes"**.

Finalmente em 25/10/16 recebemos notícia da Gradual que as Demonstrações Financeiras até 30/04/16 haviam sido disponibilizadas. Passamos, então, em novembro de 2016 à análise destas com o intuito de definir decisão sobre prestar ou não serviços ao Fundo e, obviamente, assumir as responsabilidades correlatas.

Registre-se ainda que a empresa Senior Solution Financial Expertise, nossa regular fornecedora de serviços, iniciou em junho/16 processo de implantação de controles para o Fundo através de software específico. Houve desde então até agora despesa mensal de R\$ 1.445,62 para uso da licença de software útil a realizar o possível serviço de administração do FIRF e orçamento com preço de R\$ 150,00 por hora gasta na sua implantação. Inclusive já houve despesa no valor de R\$ 2.417,63 referente às 15,35 horas gastas na implantação paga pela própria Elite CCVM. **Ou seja, nos preparamos, investimos, para talvez assumir os serviços.**

Houve ainda várias reuniões e diligências nas instalações da nova Gestora do Fundo, junto aos auditores que elaboraram os pareceres de abril/2015 e abril/2016, conhecemos os profissionais, terceiros prestadores de serviços e softwares contratados.

Em suma, após diligências, seguem observações que fundamentaram nossa decisão.

A demonstração financeira de 30/04/13, entregue em maio de 2016, foi assinada em 27/04/16 pela KPMG Auditores Independentes e **houve "opinião com ressalva"**.

A demonstração financeira de 30/04/14 entregue em ? de 2016, foi assinada em 13/09/16



pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e **houve "opinião com ressalva"**.

A demonstração financeira de 30/04/15, entregue em ? de 2016, foi assinada em 03/10/16 pela Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. e **houve "opinião com ênfase"**.

A demonstração financeira de 30/04/16, entregue em ? de 2016, foi assinada em 03/10/16 pela Crowe Horwath Bendoraytes & Cia. e **houve "opinião com ênfase"**.

Pela observação destas vê-se que:

Em 30/04/2015 havia algo como R\$ 51 milhões em títulos públicos, R\$ 29,499 milhões em CCBs e R\$ 24,396 milhões investidos em outro Fundo da Leme (FICFI Multimercado Crédito Privado).

Em 30/04/2016 passa-se a ter apenas R\$ 31,352 milhões em títulos públicos, R\$ 27,530 milhões em CCBs e agora R\$ 40,005 milhões investidos em 3 Fundos da Leme (o FICFI, R\$ 16,781 milhões no FIRF BRASPREV, e R\$ 4,056 milhões no JURERE FIRF LP), além de R\$ 2,057 milhões em um outro FDIC gerido agora pela TERCON Investimentos Ltda.

Em busca no site da CVM é possível saber que no fim de julho de 2016 havia R\$ 30.993.922,49 em títulos públicos e R\$ 1.573.458,48 disponíveis junto ao Banco Paulista.

Em 09/11/16 por e-mail perguntei à Senhora Fernanda de Lima, representante legal da Gradual Investimento:

"Há tal dado, de títulos públicos e disponível no Banco Paulista, atualizado? De 31/10/2016?"

Não obtivemos resposta até a presente data.

Em 21/11/16 em novo e-mail reforcei tal questionamento à Senhora Fernanda de Lima e solicitei informações sobre as CCBs.

"Além do dado mais recente sobre valor investido em títulos públicos e o disponível no Banco Paulista, já solicitados desde 09/11/16, há como termos acesso às cópias dos documentos que constituíram as CCBs:

- Somopar – Sociedade Moveleira Paranaense Ltda.
- Magistral Impressora Industrial S.A..
- Cikel Brasil Verde Madeiras Ltda."

Não obtivemos resposta até a presente data.

Em pesquisa junto à Serasa Experian vê-se que:

- para a Somopar há, entre outras, a informação: "classe de risco: 20 default – dívida vencida com instituição financeira há mais de 90 dias".



- para a Cikel há, entre outras, a informação: "classe de risco: 20 default – dívida vencida com instituição financeira há mais de 90dias".

- para a Magistral há, entre outras, a informação sobre pagamentos: "pontual 33%, 8-15 d atraso 23%, 16-30 d atraso 33%, 31-60 d atraso 5%, +60 d atraso 5%", e pelo balanço de 30/12/14 (muito antigo para análise competente) um PL de R\$ 4,405 milhões para uma CCB do fundo no valor de R\$ 5,783 milhões.

Como não tivemos acesso aos documentos que constituíram as CCBs **não podemos avaliar se há garantias suficientes (e respectivas "qualidades", passíveis de execução) para cobrir os valores investidos pelo Fundo, ou mesmo parte deles...**

Para os Fundos investidos pelo Leme IMA-B FIRF temos, por conta de apurações informais, que precisam ser confirmadas, com dados de 30/04/16, auditados e disponíveis:

- há R\$ 19,168 milhões no Leme FI em cotas de Fundos que podem estar investidos no FIP PUMA que carregaria majoritariamente debêntures da empresa Milano?

- há R\$ 16,781 milhões no Leme Brasprev FIRF, atual LME – REC, que estaria em processo de precificação?

- há R\$ 2,057 milhões em um FDIC...

Para reflexão: feitos estão tais investimentos, **se pedidos os resgates, seriam pagos?**

Por que após 30/04/15, onde havia em torno de R\$ 51 milhões em títulos públicos e já R\$ 24,396 milhões no Leme FI em cotas de Fundos, os gestores decidiram "investir" mais de R\$ 16 milhões, mesmo que fosse possível por conta do Regulamento, no Leme Brasprev FIRF? O Leme Brasprev FIRF pagou algum resgate após receber tal aporte do Leme IMA-B? O Leme Brasprev investe em empresas já investidas pelo Leme IMA-B que já estavam em default?

- há R\$ 4,056 milhões no Leme Jurere RF FI LP e R\$ 101 mil que, ao que tudo indicam, são líquidos, se pedidos resgates devem ser pagos.

Desta forma, **muito provavelmente, talvez, o Leme IMA-B teria de fato, concretamente, patrimônio líquido em torno de R\$ 35 milhões...**

Caso confirmado tal PL, reduzido por conta da qualidade dos investimentos, provavelmente com garantias frágeis, e conseqüente e necessária "marcação a mercado", haveria redução drástica dos R\$ 101 milhões de 30/04/16... **Potencial redução de 65% no valor da cota?**

Então, por conseqüência, a taxa de administração de 1,5% ao ano calculada a partir deste PL marcado a mercado, **renderia, em nossa opinião, recursos insuficientes para que a Elite CCVM pudesse desempenhar com a diligência necessária, para nós um hábito desde 1983, em linha com o disposto na regulamentação vigente, os serviços para os quais foi escolhida pelos cotistas em assembléia de 12/04/16.** É certo que por "tradição deste mercado de administração de recursos", lastreada por contrato, parte do



apurado com a taxa de administração ainda seria destinada ao Gestor... O que faria sobrar ainda menos para remunerar os serviços e responsabilidades do administrador...

Por outro lado, registre-se, que pelas DFs analisadas nos últimos três anos foram pagos de taxa de administração R\$ 4,362 milhões...

Sendo assim **a Elite CCVM informa aos Senhores que não irá assumir a execução de qualquer serviço, seja a administração, controladoria ou custódia do Fundo em questão.**

Por dever de transparência com os cotistas do Fundo fica o exposto até aqui. **E recomenda**, inclusive, que os Senhores deliberem por exigir uma auditoria completa que venha necessariamente a apurar:

- se houve qualquer eventual irregularidade, negligência, na constituição de cada crédito levando em conta o disposto no Regulamento do Fundo (critérios de elegibilidade, principalmente) e na regulamentação vigente,
- justificativas para os pagamentos realizados por serviços prestados quando, talvez, o PL já devesse ter sido "marcado a mercado" para baixo,
- razões para que tenha havido tanto atraso para entrega de tão necessárias demonstrações financeiras.

Solicitamos que este documento seja mantido em sigilo, restrito aos que, de fato e de direito, tenham relação com o Fundo.

Permanecemos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que forem necessários.

Atenciosamente, Otto dos Santos. Elite CCVM Ltda.



09- **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017**

Apresentada em ATA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO , 22/11/2016, a Política de Investimentos do INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE, com objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime. Ata aprovada e assinada pelo Conselho Administrativo. Apresentamos a Política para o Comitê de Investimentos.

10- **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.
2. OBJETIVO	Erro! Indicador não definido.
3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017	13
3.1 INTERNACIONAL - PERSPECTIVAS	13
3.2 NACIONAL – PERSPECTIVAS	14
3.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO	17
4. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS	17
4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA	19
4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	19
4.3 SEGMENTO DE IMÓVEIS	19
4.4 ENQUADRAMENTO	20
4.5 VEDAÇÕES	20
5. META ATUARIAL	21



6.	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS.....	21
6.1	GESTÃO PRÓPRIA.....	21
6.2	ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO	22
7.	CONTROLE DE RISCO.....	22
7.1	CONTROLE DO RISCO DE MERCADO.....	22
7.2	CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO.....	23
7.3	CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ.....	23
8.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA.....	24
9.	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO.....	24
9.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES	24
10.	CONTROLES INTERNOS.....	25
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27
	DISCLAIMER.....	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

Atendendo à Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, doravante denominada simplesmente "Resolução CMN nº 3.922/2010", o Comitê de Investimentos do INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE, apresenta sua Política de Investimentos para o exercício de 2017, aprovada por seu órgão superior competente.

A elaboração da Política de Investimentos representa uma formalidade legal que fundamenta e norteia todos os processos de tomada de decisões relativo aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS's, empregada como instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos em busca do equilíbrio econômico-financeiro.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos de grande relevância. Ressalta-se que o principal a ser observado, para que se trabalhe com parâmetros sólidos, é aquele referente à análise do fluxo de caixa atuarial da entidade, ou seja, o equilíbrio entre ativo e passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial.

2. OBJETIVO

A Política de Investimentos do INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE



tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração e gestão de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco X retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2017

3.1 INTERNACIONAL - PERSPECTIVAS

Para o OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, os bancos centrais mundiais estão perto de suas capacidades para estimular o crescimento econômico global. Para o Banco de Compensações Internacionais – BIS, os bancos centrais deveriam aprender a viver com taxas de inflação abaixo de suas metas, em vez de alimentarem o crescimento da dívida com políticas de estímulos cada vez mais agressivas.

Em seu relatório denominado Perspectiva Econômica Mundial, divulgado já no mês de outubro, o FMI estimou que o crescimento global em 2016 será de 3,1% e não mais 3,4%, conforme a estimativa anterior. Para 2017, também reduziu a expectativa para um crescimento de 3,4% e não mais 3,5%.

Portanto, o crescimento mundial será um pouco maior por conta de melhoras nas economias emergentes e em desenvolvimento, com alguma recuperação das *commodities* e pela retomada da economia americana, por conta de maiores investimentos. Para as economias desenvolvidas, exceto os EUA e principalmente as européias, as perspectivas não se alterem muito em relação ao momento atual. Os juros e a inflação continuarão muito baixos. O crescimento das economias desenvolvidas como um todo terá leve aceleração e irá de 1,6% em 2016 para 1,8% em 2017.

Em relação à zona do euro, o FMI aumentou a expectativa de crescimento do PIB de 1,6% para 1,7% em 2016 e de 1,4% para 1,5% em 2017. Para a economia alemã, a maior do bloco, estimou também 1,7% em 2016 e 1,4% em 2017. Para a economia francesa estimou um crescimento de 1,3%, este ano e de 1,3% no próximo. Para a italiana, 0,8% e 0,9% e para a espanhola 3,1% e 2,2%, respectivamente.

Para o Reino Unido, membro da União Européia, o FMI aumentou a sua estimativa para a evolução do PIB, em 2016, de 1,7% para 1,8% e por conta do Brexit diminuiu a de 2017 de 1,3% para 1,1%. Já para a Rússia, país emergente do continente europeu, o FMI projetou a queda da atividade de 0,8% para este ano e uma alta de 1,1% para o próximo.

A principal preocupação para 2017 repousa na evolução da política monetária, já que o programa de compra de ativos do BCE deverá terminar em março. Ainda faz parte do temor dos economistas a deflação e as perdas que as instituições financeiras estão tendo com os juros negativos.

O FMI acredita que a economia americana crescerá 1,6% em 2016 e 2,2% em 2017.

Prestes a passar por uma eleição presidencial, o mercado financeiro acredita que a nova chefia nos EUA vai ser praticamente igual a anterior. Na hipótese de uma vitória republicana, o revés nos mercados poderia ser significativo. Enquanto isso é aguardada a próxima movimentação em direção à taxa de juros.

É possível deduzir, de comunicados do FED, que a elevação da taxa básica deverá se dar até o



final deste ano e que em 2017 os aumentos se darão de forma bem gradual, tendo sido sugeridas duas elevações de taxa durante o ano. Dessa forma o impacto nos mercados emergentes poderá não ser significativo, em termos de precificação e volatilidade.

O mercado de trabalho deverá permanecer robusto e é esperado um aumento dos salários com a sua consolidação. A dúvida ainda repousa no comportamento da inflação, que parece aumentar.

Para a China, o FMI projeta uma evolução do PIB de 6,6% em 2016 e de 6,2% em 2017. Já o governo, o país precisará de esforços intensos para atingir as metas econômicas anuais, na medida em que a economia continua sob pressão. Permanecem grandes dificuldades para atingir particularmente as metas de investimento e de expansão do comércio interno e internacional, principalmente. A mudança do modelo exportador para o voltado para o consumo interno continuará em progressão, exigindo tempo para a sua consolidação.

Em relação ao Japão, o FMI estimou um crescimento de 0,5% em 2016 e de 0,6% em 2017.

A dúvida ainda repousa no sucesso do programa de estímulos monetários e na eficácia dos juros negativos. Para a Índia o FMI estimou um crescimento de 7,6% em 2016 e 2017.

RENDA FIXA

Para a agência Bloomberg, os juros baixos impulsionam artificialmente os preços dos ativos financeiros e distorcem padrões normais de tomada de riscos nos mercados financeiros. Para a OCDE, as distorções geradas no sistema financeiro pelo prolongamento de um nível excepcionalmente baixo das taxas de juros podem acarretar riscos de bolhas especulativas, que não estariam sendo aproveitadas o suficiente para reaquecer a economia mundial. Por outro lado, com as baixas taxas, a evolução dos preços das ações de bancos, por exemplo, está sendo muito pior do que a de outros setores e a deterioração da rentabilidade dos fundos de previdência é visível.

Com a perspectiva que as baixas taxas de juros prevaleçam no mercado internacional, em 2017, o Banco Morgan Stanley acredita ser esse um bom momento para a compra de títulos da dívida de países emergentes como Brasil, China e Índia, que têm taxas de juros significativas.

Os títulos corporativos americanos continuarão a atrair os investidores, bem como os títulos emitidos pelo governo dos EUA, por serem emitidos em dólar, que deverá se valorizar com o aumento dos juros e por serem o maior porto seguro dos investidores.

RENDA VARIÁVEL

Para o mercado acionário americano, os economistas estão divididos em relação ao futuro. Alguns acreditam que o índice S&P 500, que anda ao redor de 2.100 pontos pode alcançar 2.300 pontos. As ações estariam com preço atraente em relação aos títulos de renda fixa, a preocupação com liquidez é cada vez maior e a expectativa é de que os lucros das empresas subam. Outros acreditam que o mercado já atingiu seu ápice e novas máximas dependerão da política monetária americana e da atividade econômica global.

Para as bolsas europeias o cenário pode ser adverso, com o fim dos estímulos mensais do BCE e para as bolsas emergentes favorável com alguma recuperação dos preços das commodities e com a maior participação do investidor internacional, em busca de maiores retornos.

3.2 NACIONAL- PERSPECTIVAS

Para o FMI, o PIB do Brasil irá cair 3,3% em 2016 e terá uma melhora em 2017, quando está prevista uma alta de 0,5%. Para o Banco Central, conforme o Relatório de Inflação, publicado em setembro, a queda do PIB este ano será de 3,3% e a alta no próximo ano será de 1,3%. Para os economistas que militam no mercado financeiro, conforme revela o último Relatório Focus do Banco Central, de 07 de outubro último, a atividade econômica no país terá uma retração de 3,15% em 2016 e um crescimento de 1,30% em 2017. Já o Ministério da Fazenda, estimou um crescimento de 1,6% no ano que vem, conforme a proposta do orçamento federal para 2017.



Embora os especialistas no mercado de trabalho estimem que a taxa de desemprego só comece a recuar a partir do segundo semestre do próximo ano e volte ao nível anterior à crise somente após 2018, há otimismo em relação à retomada do crescimento econômico. Com a recuperação da confiança empresarial local e dos investidores externos, os investimentos poderão ser os protagonistas da evolução do PIB, já que o consumo das famílias deverá ter uma recuperação mais lenta.

Instituições financeiras internacionais de renome acreditam que com a superação da crise política, com o ajuste fiscal e com a queda da inflação e dos juros, o Brasil poderá entrar em novo ciclo virtuoso.

Para o FMI, com o crescimento previsto para 2017 e com a freada da alta do dólar, o Brasil poderá voltar a ser a oitava maior economia do mundo já no próximo ano.

Segundo o ministro Henrique Meirelles, com os sinais de reação já esboçados pela economia, com a melhora dos índices de confiança e com o avanço do ajuste fiscal, a retomada de um bom ritmo de crescimento pode ser mais rápida, mesmo com a possibilidade do aumento dos juros nos EUA. Há também que se levar em consideração, o fato de que a queda acumulada do PIB nos últimos anos foi tão intensa que a base baixa para a recuperação do crescimento econômico é um fator favorável adicional.

Analistas de mercado especializados em contas públicas estimam que o déficit público primário em 2016 será da ordem de R\$ 159 bilhões, portanto abaixo da meta de R\$ 170,5 bilhões aprovada pelo Congresso Nacional. Já para 2017, a expectativa é de um déficit de R\$ 145,3 bilhões, portanto acima da meta de R\$ 139 bilhões, fixada pelo governo. Já a dívida bruta deverá equivaler a 78,2% do PIB, sendo que hoje é cerca de 70%.

Em recente visita à agência Bloomberg, em Nova Iorque, o presidente Temer declarou que o déficit fiscal demorará ainda mais dois ou três anos para ser eliminado, mesmo com a aprovação do teto para o crescimento dos gastos públicos, durante os próximos 20 anos. O texto-base já foi aprovado pela Câmara em primeiro turno, restando ser aprovado em segundo turno para depois ser enviado ao Senado, onde também terá que ser aprovado em dois turnos.

Segundo Mansueto de Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, a PEC 241, que estabelece o teto é a melhor forma de ajuste fiscal porque é gradual. Não leva a grandes cortes de despesas necessárias e nem ao corte de aposentadorias, como foi feito em vários países da Europa.

Em relação ao crescente déficit da Previdência Social, as reformas propostas pelo governo só serão encaminhadas ao Legislativo em 2017. A princípio, uma das ideias é unificar a Previdência pública e privada.

Dentro das possibilidades de aumento de arrecadação ventiladas pelo governo, está um programa de privatizações, que tem a vantagem de não passar pelo Congresso e nem pelo sistema político e que não precisa de aprovação popular. O governo tem autonomia para efetivá-lo. Também as concessões de serviços públicos integram o rol de possibilidades.

O fato é que, como está esgotada a capacidade de endividamento do Tesouro Nacional, o chamado ajuste fiscal é indispensável para que o país retome o ciclo virtuoso que propicia o crescimento econômico, com uma política de juros baixos e inflação controlada.

Conforme o último Relatório Focus, o mercado financeiro estima que a inflação de 2016, medida através do IPCA, será de 7,04% e cairá para 5,06% em 2017. Para o Banco Central, através do último Relatório Trimestral de Inflação, ela será de 4,4% em 2017, portanto abaixo do centro da meta de 4,5% e cairá para 3,8% em 2018.

Embora a indexação de preços ainda esteja viva na economia brasileira e possa tornar a queda da inflação mais lenta, uma série de reajustes salariais foi feita sem a plena reposição da inflação passada e os preços administrados, por seu turno, devem exercer pressões bem menores sobre os demais preços da economia.

Depois do IPCA de setembro ter registrado uma alta de apenas 0,08%, o presidente do BC, Ilan Goldfajn alertou que é preciso serenidade, na medida em que a desinflação não pode se restringir a apenas um mês, mas tem que se firmar ao longo do tempo.



Embora as pressões dos preços dos alimentos possam prosseguir, até por conta de uma menor safra de grãos neste ano, com a confiança em alta é benigno o cenário para a inflação.

Para o mercado financeiro, este ano irá terminar com a taxa Selic em 13,75% a.a. e cairá para 11% a.a. no final de 2017. Sob a chefia de Ilan Goldfajn, o Banco Central vem conduzindo a política monetária com extrema prudência. Em sua avaliação a queda dos juros depende basicamente do ajuste fiscal e da inflação dos alimentos. Mas o seu objetivo é de que a inflação atinja o centro da meta, o que permitiria, com a disciplina fiscal, uma queda duradoura das taxas de juros, que propicie a redução dos custos financeiros para as famílias e empresas, além da valorização dos ativos em geral.

Para o mercado financeiro, está próximo o momento do início da queda da taxa Selic.

O último Relatório Focus revelou que o mercado financeiro espera que o dólar esteja cotado a R\$ 3,25 no final de 2016 e a R\$ 3,40 no final de 2017. Neste ano, o real foi uma das moedas que mais se valorizou no mundo. Se por um lado o dólar mais desvalorizado colabora com a inflação, ao baratear os produtos importados, por outro pode também representar uma ameaça para as contas externas, foco das poucas boas notícias econômicas, neste ano.

Com a economia brasileira voltando a andar nos trilhos, é grande a possibilidade de fortes ingressos de capital estrangeiro no próximo ano, já que diversos analistas internacionais expressaram otimismo com o país. Esses ingressos podem ainda ser intensificados, com a melhoria dos ratings do país, a partir do ajuste fiscal.

Para conter a excessiva queda do dólar e evitar os erros cometidos no passado recente, que tanto prejudicaram nossas exportações e o setor industrial, o Banco Central conta com ferramentas como o corte dos juros, a compra de dólares no mercado à vista e novos leilões de swap reverso.

Para a Balança Comercial, o Relatório Focus estima um superávit de US\$ 49,1 bilhões em 2016 e de US\$ 45 bilhões para 2017. Para o déficit em transações correntes, o mercado o estima em US\$ 17,1 bilhões em 2016 e US\$ 25 bilhões em 2017. E finalmente para o Investimento Estrangeiro Direto – IED, a estimativa é de um ingresso de US\$ 65 bilhões em 2016 e 2017.

Para a maior gestora de recursos do mundo, a BalckRock, os juros pagos pelos papéis brasileiros, emitidos aqui e no exterior estão entre os mais atraentes do mundo. De fato, a diferença entre as taxas de juros praticadas no Brasil e a média praticada nos países desenvolvidos é a maior em dez anos. Esse é um dos fatores que estimulam a atração de capital internacional no curto prazo.

Como dissemos anteriormente, com a aprovação do ajuste fiscal, com a queda da inflação e com a retomada da arrecadação do setor público a partir de um maior crescimento econômico, podemos estar diante de uma queda continuada da taxa Selic e dos juros de mercado, que possibilitarão altos rendimentos nas aplicações pré-fixadas, inclusive naquelas em que os IMA's servem de referência. Também os títulos privados devem aumentar o seu espaço no mercado em 2017.

Assim, a alocação sugerida para as aplicações financeiras dos RPPS, se encontra na tabela abaixo.

A análise feita para a renda fixa também procede para a renda variável. Cabe acrescentar que o fluxo de recursos de investidores estrangeiros, que hoje representa quase a metade do volume transacionado na Bovespa, pode se intensificar ainda mais com o novo quadro político e econômico.

Depois de dois anos o Índice Bovespa voltou a superar o patamar de 60 mil pontos e também com a perspectiva de alta para as commodities no próximo ano, pode evoluir ainda mais, não só por conta do ingresso de recursos, mas principalmente pelo crescimento do lucro das empresas.



3.3 EXPECTATIVAS DE MERCADO

INDICADOR	2016	2017
CRESCIMENTO REAL DO PIB (% AA.)	-3,15	1,30
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (%)	-5,96	1,11
IPCA (IBGE) - % AA.	7,04	5,06
IGP-M (FGV) - % AA.	7,91	5,50
TAXA SELIC META – FIM DO ANO (% AA.)	13,75	11,00
CÂMBIO - FIM DO ANO (R\$/US\$)	3,25	3,40
BALANÇA COMERCIAL – SALDO (EM US\$ BILHÕES)	49,18	45,00
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO – IED (EM US\$ BILHÕES)	65,00	65,00

Fonte: Bacen: Sistema de Expectativas de Mercado

4. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão do RPPS devem observar os limites estabelecidos por esta Política de Investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010. Limites estabelecidos mediante estudo do cenário macroeconômico atual e de perspectivas futuras, com as hipóteses razoáveis de realização no curto e médio prazo, conforme descrito abaixo:

Alocação Estratégica para o exercício de 2017

Segmento	Tipo de Ativo	Limite da Resolução CMN %	Posição Atual da Carteira (%) - Set/16	Estratégia de Alocação - Política de Investimento de 2017		
				Limite Inferior (%)	Estratégia Alvo (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00%	58,21%	30,00%	52,00%	90,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	80,00%	17,01%	15,00%	20,00%	60,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	80,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	30,00%	10,48%	5,00%	5,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "a"	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - sênior Art. 7º, VI.	15,00%	10,18%	5,00%	10,00%	15,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - subordinada Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	5,00%	0,34%	0,00%	1,00%	5,00%



	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Subtotal	500,00%	96,22%	55,00%	88,00%	200,00%
Renda Variável I	FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, III	15,00%	0,00%	0,00%	5,00%	15,00%
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00%	0,00%	0,00%	2,00%	5,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00%	3,78%	0,00%	5,00%	5,00%
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Subtotal	80,00%	3,78%	0,00%	12,00%	25,00%
	Total Geral	580,00%	100,00%	55,00%	100,00%	225,00%

A estratégia de alocação para os próximos cinco anos, leva em consideração não somente o cenário macroeconômico como também as especificidades da estratégia definida pelo resultado da análise do fluxo de caixa atuarial e as projeções futuras de déficit e/ou superávit.

Alocação Estratégica para os próximos cinco anos

Segmento	Tipo de Ativo	Estratégia de Alocação - para os próximos cinco exercícios	
		Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a".	0,00%	0,00%
	FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	30,00%	90,00%
	Operações Compromissadas - Art. 7º, II	0,00%	0,00%
	FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a"	15,00%	60,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b"	0,00%	0,00%
	FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a"	5,00%	30,00%
	FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b"	0,00%	0,00%
	Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	0,00%
	Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "a"	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - sênior Art. 7º, VI.	5,00%	15,00%
	FI em Direitos Creditórios - aberto - subordinada Art. 7º, VI.	0,00%	0,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - sênior Art. 7º, VII, "a"	0,00%	5,00%
	FI em Direitos Creditórios - fechado - subordinada Art. 7º, VII, "a"	0,00%	0,00%



	FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b"	0,00%	0,00%
	Subtotal	55,00%	200,00%
Renda Variável	FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	0,00%	0,00%
	FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	0,00%	0,00%
	FI em Ações - Art. 8º, III	0,00%	15,00%
	FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	0,00%	5,00%
	FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	0,00%	5,00%
	FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	0,00%	0,00%
	Subtotal	0,00%	25,00%
	Total Geral	55,00%	225,00%

O INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE considera os limites apresentados o resultado da análise feita através das reservas técnicas atuariais (ativos) e as reservas matemáticas (passivo) projetadas pelo cálculo atuarial o que pode exigir maior flexibilidade nos níveis de liquidez da carteira.

4.1 SEGMENTO DE RENDA FIXA

Obedecendo-se os limites permitidos pela Resolução CMN n° 3922/2010, propõe-se adotar o, **limite de no máximo 100% (cem por cento) dos investimentos financeiros do RPPS, no segmento de renda fixa.**

A negociação de títulos e valores mobiliários no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) obedecerá ao disposto, Art. 7º, inciso "a" da Resolução CMN n° 3.922/2010, e deverão ser comercializados através de plataforma eletrônica e registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), não sendo permitidas compras de títulos com pagamento de Cupom com taxa inferior à Meta Atuarial.

4.2 SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Em relação ao segmento de renda variável, cuja limitação legal estabelece que os recursos alocados nos investimentos, cumulativamente, não deverão exceder a 30% (trinta por cento) da totalidade dos recursos em moeda corrente do RPPS, **limitar-se-ão a 25% (vinte e cinco por cento) da totalidade dos investimentos financeiros do RPPS.**

4.3 SEGMENTO DE IMÓVEIS

Conforme o artigo 9º da Resolução CMN n° 3.922/2010, as alocações no segmento de imóveis serão efetuadas, exclusivamente, com os terrenos ou outros imóveis vinculados por lei ao RPPS.

Os imóveis repassados pelo Município deverão estar devidamente registrados em Cartório de Registro de Imóveis, livres de quaisquer ônus ou gravame, e possuir as certidões negativas de tributos, em especial o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ou o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.

Os imóveis poderão ser utilizados para a aquisição e/ou integralização de Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores, com exceção dos mercados de balcão organizados e não organizados. Deverá ser observado também critérios de Rentabilidade, Liquidez e Segurança.



Seguindo as especificações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no item 7, 7.1, há necessidade das reavaliações devido a fatores que podem fazer com que o valor contábil do ativo não corresponda ao seu valor justo. A frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados.

4.4 ENQUADRAMENTO

O INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE considera os limites estipulados de enquadramento na Resolução CMN nº 3.922/2010, e como entendimento complementar ao Artigo 22, destacamos:

Serão entendidos como desenquadramento passivo, os limites excedidos decorrentes de valorização e desvalorização dos ativos ou qualquer tipo de desenquadramento que não tenha sido resultado de ação direta do RPPS.

4.5 VEDAÇÕES

O Comitê de Investimento do INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE deverá seguir as vedações estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.922/2010, ficando adicionalmente vedada a aquisição de:

1. Operações compromissadas;
2. Aquisição de qualquer ativo final, emitido por Instituições Financeiras com alto risco de crédito;
3. Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, constituídos sob forma de condomínio aberto ou fechado que não possuam segregação de funções na prestação de serviços, sendo ao menos, obrigatoriamente, duas pessoas jurídicas diferentes, de suas controladoras, de entidades por elas direta ou indiretamente controladas ou quais outras sociedades sob controle comum;
4. Cotas de Fundos Multimercados cujos regulamentos não determinem que os ativos de créditos que compõem suas carteiras sejam considerados como de baixo risco de crédito por, no mínimo, uma das agências classificadoras de risco citadas no item 7.2 - Controle do Risco de Crédito da presente Política de Investimentos;
5. Cotas de Fundos Multimercados cuja denominação contenha a expressão "crédito privado";
6. Cotas de Fundos em Participações (FIP) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas;
7. Cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) que não prevejam em seu regulamento a constituição de um Comitê de Acompanhamento que se reúna, no mínimo, trimestralmente, e que faça a lavratura de atas, com vistas a monitorar o desempenho dos gestores e das empresas investidas.
8. A classificação e enquadramento das cotas de fundos de investimento não podem ser



descaracterizados pelos ativos finais investidos devendo haver correspondência com a política de investimentos do fundo.

5. META ATUARIAL

A Portaria MPS nº 87, de 02 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 03/02/2005, que estabelece as Normas Gerais de Atuária dos Regimes Próprios de Previdência Social, determina que a taxa real de juros a ser utilizada nas Avaliações Atuariais será de, no máximo, 6,00% (seis por cento) ao ano.

Também chamada de meta atuarial, é a taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial para trazer a valor presente, todos os compromissos do plano de benefícios para com seus beneficiários na linha do tempo, determinando assim o quanto de patrimônio o Regime Próprio de Previdência Social deverá possuir hoje para manter o equilíbrio atuarial.

Obviamente, esse equilíbrio somente será possível de se obter caso os investimentos sejam remunerados, no mínimo, por essa mesma taxa. Do contrário, ou seja, se a taxa que remunera os investimentos passe a ser inferior a taxa utilizada no cálculo atuarial, o plano de benefícios se tornará insolvente, comprometendo o pagamento das aposentadorias e pensões em algum momento no futuro.

Considerando a distribuição dos recursos conforme a estratégia alvo utilizada nesta Política de Investimentos, as projeções indicam que a rentabilidade real estimada para o conjunto dos investimentos ao final do ano de 2017 será de **6,00% (seis por cento)**, somado a inflação de **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, ou seja, superior à taxa de juros máxima admitida pela norma legal.

Ainda assim, o INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE avaliará a execução de estudos que evidenciem, no longo prazo, qual a real situação financeiro-atuarial do plano de benefícios previdenciários.

6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista.

Para a vigência desta Política de Investimentos, a gestão das aplicações dos recursos do INSITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE será **própria**.

6.1 GESTÃO PRÓPRIA

A adoção deste modelo de gestão significa que o total dos recursos ficará sob a responsabilidade do RPPS, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Previdência Social, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contará com Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de gerenciar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o Credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS.

O RPPS tem ainda a prerrogativa da contratação de empresa de consultoria, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922/2010, para prestar assessoramento às aplicações de recursos.



6.2 ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Compete ao Comitê de Investimentos a elaboração da Política de Investimento, que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, órgão superior competente para definições estratégicas do RPPS. Essa estrutura garante a demonstração da segregação de funções adotadas pelos órgãos de execução, estando em linha com as práticas de mercado para uma boa governança corporativa.

Esta política de investimentos estabelece as diretrizes a serem tomadas pelo comitê de investimentos na gestão dos recursos, visando atingir e obter o equilíbrio financeiro e atuarial com a solvabilidade do plano.

7. CONTROLE DE RISCO

É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** – é o risco inerente a todas as modalidades de aplicações financeiras disponíveis no mercado financeiro; corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado. É o risco de variações, oscilações nas taxas e preços de mercado, tais como taxa de juros, preços de ações e outros índices. É ligado às oscilações do mercado financeiro.
- **Risco de Crédito** - também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** - surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado.

7.1 CONTROLE DO RISCO DE MERCADO

O RPPS adota o **VaR - Value-at-Risk** para controle do risco de mercado, utilizando os seguintes parâmetros para o cálculo do mesmo:

- Modelo paramétrico;
- Intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento);
- Horizonte temporal de 21 dias úteis.

Como parâmetro de monitoramento para controle do risco de mercado dos ativos que compõe a carteira, os membros do Comitê de Investimentos deverão observar as referências abaixo estabelecidas e realizar reavaliação destes ativos sempre que as referências pré-estabelecidas forem ultrapassadas.



- Segmento de Renda Fixa: 3,5% (três e meio por cento) do valor alocado neste segmento.
- Segmento de Renda Variável: 15% (quinze por cento) do valor alocado neste segmento.

Como instrumento adicional de controle, o RPPS monitora a rentabilidade do fundo em janelas temporais (mês, ano, três meses, seis meses, doze meses e vinte e quatro meses), verificando o alinhamento com o "benchmark" estabelecido na política de investimentos do fundo. Desvios significativos deverão ser avaliados pelos membros do Comitê de Investimentos do RPPS, que decidirá pela manutenção, ou não, do investimento.

7.2 CONTROLE DO RISCO DE CRÉDITO

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS, em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC) serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	RATING MÍNIMO
STANDARD & POORS	BBB+ (perspectiva estável)
MOODY'S	Baa1 (perspectiva estável)
FITCH RATING	BBB+ (perspectiva estável)
AUSTIN RATING	A (perspectiva estável)
SR RATING	A (perspectiva estável)
LF RATING	A (perspectiva estável)
LIBERUM RATING	A (perspectiva estável)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam o sistema de "rating" para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira.

7.3 CONTROLE DO RISCO DE LIQUIDEZ

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado, e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassarem em 365 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de uma análise que evidencie a capacidade do RPPS em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.



8. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. À vista da exigência contida no art. 4º, incisos I, II, III e IV, parágrafo primeiro e segundo e ainda, art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010, a Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS, Diário Oficial do Município ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

9. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO

Segundo a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições financeiras escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.

Para tal credenciamento, deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, no mínimo, quesitos como:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do gestor e do administrador do fundo.

9.1 PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES/ADMINISTRADORES

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores, devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise no mínimo:

- a) Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados e geridos, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, além de outras informações relacionadas com a administração e gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança;
- b) Gestão do Risco – envolvendo qualidade e consistência dos processos de administração e gestão, em especial aos riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de “compliance”, capacitação profissional dos agentes envolvidos na administração e gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público etc., tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição,



além de outras informações relacionadas com a administração e gestão do risco.

c) Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmark) e riscos – envolvendo a correlação da rentabilidade com seus objetivos e a consistência na entrega de resultados no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento;

Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS.

O Credenciamento se dará, única e exclusivamente, de forma digital, inclusive na apresentação da documentação e Certidões requisitadas, por meio do sistema eletrônico utilizado pelo RPPS conforme procedimento:

a) As Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos, deverão enviar um e-mail, para o endereço contato@siru.com.br, solicitando formalmente, o envio de “Login” e “Senha de Acesso” para poder efetuar o Credenciamento;

b) O “Login” e a “Senha de Acesso” será disponibilizado, também por e-mail enviado a Instituição Interessada, em até 24 (vinte e quatro) horas úteis, do recebimento do e-mail de requisição do item anterior;

c) De posse do “Login” e da “Senha de Acesso”, as Instituições Gestoras e Administradoras de Fundos de Investimentos deverão acessar o Portal www.siru.com.br, acessar o sistema no tópico “Acesso Restrito”, anexar a documentação e preencher os dados dispostos neste edital e requisitados no sistema, seguindo as instruções disponibilizadas no Anexo I.

Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer empresa gestora de recursos financeiros autorizada a funcionar pelo órgão regulador (Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários), sendo considerada como elegível a gestora/administradora que atender ao critério de avaliação de Qualidade de Gestão dos Investimentos.

10. CONTROLES INTERNOS

Antes das aplicações, a gestão do RPPS deverá verificar, no mínimo, aspectos como: enquadramento do produto quanto às exigências legais, seu histórico de rentabilidade, riscos e perspectiva de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS sempre fará a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória, ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate.

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS, com a finalidade de participar no processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos, resgates e aplicações dos recursos financeiros resultantes de repasses de contribuições previdenciárias dos órgãos patrocinadores, de servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como de outras receitas do RPPS.

Compete ao Comitê de Investimentos, orientar a aplicação dos recursos financeiros e a operacionalização da Política de Investimentos do RPPS. Ainda dentro de suas atribuições, é de sua



competência:

I - garantir o cumprimento da legislação e da política de investimentos;

II - avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;

III - monitorar o grau de risco dos investimentos;

IV - observar que a rentabilidade dos recursos esteja de acordo com o nível de risco assumido pela entidade;

V - garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

Sua atuação será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política.

São avaliados pelos responsáveis pela gestão dos recursos do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE POSSE, relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação. Esse relatório será elaborado trimestralmente e terá como objetivo documentar e acompanhar a aplicação de seus recursos.

Os relatórios supracitados serão mantidos e colocados à disposição do Ministério da Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Conselho Fiscal e de Administração e demais órgãos fiscalizadores.

Caberá ao comitê de investimentos do RPPS acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência legal analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos.

As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas através de plataforma eletrônica autorizada, Sisbex da BM&F e CetipNet da Cetip que já atendem aos pré-requisitos para oferecer as rodas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O RPPS deverá ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

Dentro da vigência do contrato que o RPPS mantém com a empresa de consultoria de investimentos, está contemplada a consulta às oportunidades de investimentos a serem realizados no âmbito desta política de investimentos.

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos, que poderão afetar ao menos parte da carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS deve manter-se fiel à política de investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco.

E, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando) com o objetivo de rebalancear sua carteira de investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras.



Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/administrador e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos.

As avaliações são feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisões, de forma a aperfeiçoar o retorno da carteira e minimizar riscos.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do RPPS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2017.

Reuniões extraordinárias junto ao Conselho do RPPS serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta política de investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Deverão estar certificados os responsáveis pelo acompanhamento e operacionalização dos investimentos do RPPS, através de exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPAS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

A comprovação da habilitação ocorrerá mediante o preenchimento dos campos específicos constantes do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN e do Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR.

As Instituições Financeiras que operem e que venham a operar com o RPPS poderão, a título institucional, oferecer apoio técnico através de cursos, seminários e workshops ministrados por profissionais de mercado e/ou funcionários das Instituições para capacitação de servidores e membros dos órgãos colegiados do RPPS; bem como, contraprestação de serviços e projetos de iniciativa do RPPS, sem que haja ônus ou compromisso vinculados aos produtos de investimentos.

Ressalvadas situações especiais a serem avaliadas pelo Comitê de Investimentos do RPPS (tais como fundos fechados, fundos abertos com prazos de captação limitados), os fundos elegíveis para alocação deverão apresentar série histórica de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados da data de início de funcionamento do fundo.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922/2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

É parte integrante desta Política de Investimentos, cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Observação: Conforme Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, este documento deverá ser assinado:

Pelo representante do ente federativo;

Pelo representante da unidade gestora do RPPS;



Pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos.

Aparecida Gino, Diretora-Presidente deu por encerrada a sessão desta reunião, que, após lida e aprovada, segue devidamente assinada por todos os presentes.

Sr.^a Aparecida Gino

Sra. Marlene Maria Vieira Bassani

Sra. Jane Jaqueline Moreira Rossetto







